Data: 13.11.2021
Titulo: Os caminhos difíceis para uma maioria absoluta
Pub: Expresso
Tipo: Jornal Nacional Semanal
Secção: Nacional
Pág: 16

QuickCom comunicação integrada

Área: 260cm²/ 20%
Tiragem: 123.400
Cores: P/B
ID: 7272291

Os caminhos difíceis para uma maioria absoluta

A distância entre PS e PSD, a distribuição geográfica da votação e os votos 'desperdiçados' dificultam as contas

HÉLDER GOMES
e LILIANA VALENTE
hgomes@expresso.impresa.pt

O PS sonha mas não é certo, e é mesmo muito difícil que a maioria absoluta nasça. Mesmo para o PSD, também não será impossível conseguir uma maioria. "Em termos teóricos, tudo é possível", mas um cenário de maioria absoluta com 40% dos votos "é muito difícil de acontecer", adverte Carlos Jalali, professor de Ciência Política na Universidade de Aveiro (UA). Pedro Magalhães, do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, diz que "43% ou até menos podem ser suficientes para uma maioria absoluta", mas há uma condição que não é de somenos.

A história diz-nos que um partido só conseguiu maiorias absolutas com votações acima dos 43%. O momento presente exige, contudo, que se faça a pergunta: tendo em conta as mudanças no sistema político, será possível ter essa maioria, ou aproximar-se muito dela, com uma fasquia mais baixa? "43% não é um número mágico", desmistifica Pedro Magalhães ao Expresso. Até porque o PS já teve votações mais expressivas em 1995 (43,76%) e 1999 (44,06%) e, mesmo assim, não conseguiu a maioria absoluta. E avança com uma explicação: "O nosso sistema eleitoral tem um viés a favor dos partidos mais votados. Mas o PSD, em ambas as eleições, também beneficiou desse viés, com votações claramente acima dos 30% a impossibilitarem a maioria absoluta para o PS." O investigador do ICS apresenta a chave para uma maioria absoluta com votações na ordem dos 43% ou mesmo abaixo. "Para isso será necessário que o segundo partido mais votado fique claramente mais longe do vencedor do que o PSD ficou do PS" naquelas duas eleições da segunda metade dos anos 1990.

Carlos Jalali introduz ao Expresso um outro fator: os chamados votos 'desperdiçados', ou seja, os votos que não são convertidos em mandatos. Por exemplo, os votos brancos e nulos, que em Portugal são contabilizados, ou os votos em partidos que não elegem deputados. "A percentagem necessária para se obter maioria absoluta depende da distribuição geográfica dos votos e da distribuição entre partidos", enquadra o professor da UA. Neste quadro, é "particularmente importante" a percentagem dos tais votos 'desperdiçados' e quanto maior a proporção destes votos, menor a percentagem necessária para uma maioria absoluta.

No Largo do Rato ainda está fresca a memória da maioria absoluta de José Sócrates em 2005, com 45% dos votos. Agora, acreditam os socialistas, é possível uma maioria com uma percentagem menor de votos, o que não quer dizer que seja mais fácil. A fragmentação parlamentar traz dúvidas às contas que vão sendo feitas no aparelho e a possibilidade de uma maior dispersão à direita é de tal ordem que o PS sonha com a maioria, mas não sabe onde conseguirá ir buscar os deputados a mais de que precisa. E precisa de oito. Nas últimas eleições, o PS conseguiu 108 deputados e qualquer partido faz maioria com 116. Para alcançar o número mágico, os socialistas precisam de, em primeiro lugar, não perder nenhum deputado — e há alguns que podem estar periclitantes por terem sido os últimos a ser eleitos.

Depois, o PS precisa de ir buscar deputados onde os há para distribuir, nos grandes centros urbanos, mas não em todos. Os socialistas estão a olhar para aqueles onde a dispersão de votos à direita (mais do que em 2019), provocada por um crescimento dos votos na Iniciativa Liberal e no Chega, pode baralhar as contas do método de Hondt e beneficiar o PS se houver uma concentração de voto nos socialistas, com a transferência de votantes do BE e PCP para o PS. Em causa podem estar os distritos de Lisboa, Porto, Santarém, Braga e Aveiro.